NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL

ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

DESAGREGAÇÕES POR SEXO E RAÇA

Belo Horizonte

2023

Equipe NIS/PUC Minas

Coordenação

Paulo Fernando Braga Carvalho

Cristiano Silva de Moura

Pesquisadores

Anna Carolina Caló de Souza

Izabely Fernandes de Souza

Lívia Matos Lara de Assis

Lucas Pereira Wan Der Maas

Sumário

1. Introdução 4

2. Metodologia 6

3. Resultados 11

3.1. Resultados gerais 11

3.2. Análise da contribuição dos indicadores 15

3.3. Análise espacial 19

4. Considerações Finais 22

Referências 24

1. Introdução

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecem como uma das metas a erradicação da pobreza em todas as formas e todos os lugares. Assim, o que se busca é o fim da pobreza em todas as suas formas e dimensões, alcançando igualmente mulheres, homens e crianças, com especial foco nas populações localizadas nos estratos sociais historicamente negligenciados (UNDP/OPHI, 2021).

Em todo o mundo, a incidência da pobreza é maior entre as mulheres, em comparação aos homens (UNDP/OPHI, 2021). No Brasil, entretanto, mulheres e homens possuem incidências de pobreza próximas, sendo a distribuição dos pobres por sexo semelhante à da população geral, isto é, em torno de 51% de mulheres e 49% de homens (MELO, 2005). Isso não quer dizer que a pobreza é experimentada entre os sexos da mesma forma. Mulheres estão em situação mais precária no mercado de trabalho, apresentando maiores taxas de rotatividade, informalidade e desemprego e menores salários. Esses são fatores de maior vulnerabilidade para entrada na pobreza, o que se acentua nas situações em que elas chefiam famílias monoparentais (mulher solo com crianças), sem compartilhar as despesas com outros adultos. Esse arranjo é também o que tem a menor probabilidade de deixar a pobreza (LIMA, 2021).

Do ponto de vista racial, além da alta incidência de pobreza entre os povos originários, assim como ocorre em toda a América Latina (UNDP/OPHI, 2021), há que se destacar, para o caso brasileiro, a situação da população negra. Nesse caso, é evidente a maior proporção de pretos e pardos entre os pobres, sendo que as taxas de pobreza para os pardos é um pouco maior do que a dos pretos. Note-se que o período de redução da pobreza no Brasil, entre a segunda metade dos anos 2000 e primeira metade dos anos 2010, também foi acompanhado de uma redução da desigualdade racial, isto é, a redução foi maior para os pretos e os pardos, embora as incidências tenham permanecido muito elevadas (OSORIO, 2019).

As evidências sobre diferenciais de pobreza por gênero e raça no Brasil estão baseadas na chamada pobreza monetária, em que se consideram pobres as pessoas abaixo de uma linha de renda equivalente a um padrão mínimo de sobrevivência. No que se refere à chamada pobreza multidimensional, que considera múltiplas dimensões da pobreza e não apenas a monetária, há escassez de evidências.

Este estudo tem por objetivo identificar a pobreza multidimensional no Brasil e analisar a sua composição por sexo e raça/cor da pele. Para tanto, utiliza o Índice de Pobreza Multidimensional do Núcleo de Inteligência Sociai, o IPM-NIS, que é uma aplicação do

Multidimensional Poverty Index (MPI), criado pela *Oxford Poverty and Human Development Iniciative* (OPHI) no âmbito dos ODS (ALKIRE e SANTOS, 2010). Ao contrário das linhas de pobreza, um IPM identifica as pessoas pobres pela observação do acúmulo de privações simultâneas em múltiplas dimensões da vida, operacionalizadas por meio de um conjunto de indicadores. Através do IPM-NIS, busca-se mensurar aspectos objetivos que afetam a liberdade das pessoas de tomar decisões sobre o curso da própria vida. Nesse sentido, ser pobre é estar privado de meios para conduzir aspectos essenciais da vida humana, como por exemplo, ter uma vida saudável, adquirir conhecimentos e habilidades e trabalhar.

O IPM-NIS se baseia na abordagem das capacidades de Amartya Sen (2000), na qual a pobreza é um fenômeno multifacetado e relacionado à liberdade e às capacidades básicas dos indivíduos para alcançar bem-estar. Este é compreendido como a capacidade (*capability*) de vivenciar níveis minimamente aceitáveis de funcionamentos (*functionings*), ou seja, aquilo que os indivíduos valorizam ser ou fazer. A capacidade constitui uma forma de liberdade substantiva de combinar diversos funcionamentos. Dessa forma, uma das vantagens de utilizar a abordagem das capacidades é o fato de esta conseguir captar privações mais intrínsecas, ou seja, que vão além das privações materiais captadas somente a partir do uso da renda como forma de mensuração da pobreza. O foco na privação das capacidades se direciona a "pobreza real", já que não se limita a distinguir os indivíduos segundo o acesso ou não à renda, mas pelos impactos dessa privação na capacidade de desenvolverem suas próprias vidas. Ademais, as privações devem ser consideradas e analisadas simultaneamente, significando que o indivíduo é contemplado a partir de um conjunto de privações interligadas, e não separadas.

Nessa perspectiva, apresentam-se a seguir, a metodologia do IPM-NIS (capítulo 2) e seus resultados segundo sexo e raça/cor da pele da população brasileira (capítulo 3). Maiores detalhes, sobretudo as desagregações dos resultados por diferentes escalas geográficas, podem ser consultados no painel disponível no site do NIS (http://nis.org.br/indice-de-pobreza-multidimensional/).

2. Metodologia

Trata-se de estudo descritivo exploratório, baseado em fontes de dados secundários, que tem por objetivo analisar a composição por sexo e raça/cor da pele da pobreza multidimensional no Brasil, bem como descrever a distribuição espacial do fenômeno segundo estes atributos.

As informações para identificação da pobreza multidimensional foram coletadas nos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). O Censo foi escolhido por ser o único inquérito domiciliar do País com representatividade estatística ao nível do município, o que permite uma análise mais interessante dos padrões espaciais de distribuição da pobreza. Embora esteja defasado temporalmente, a abordagem do presente relatório é inédita e plenamente replicável quando forem publicados os dados do Censo Demográfico de 2022. Com a reaplicação da metodologia, será possível realizar estudo comparativo e avaliativo dos impactos dos eventos observados no período, como a pandemia da Covid-19, e de políticas públicas de combate à pobreza.

Os índices de pobreza multidimensionais são um tipo de indicador composto baseado no método de Alkire e Foster (2009), o qual identifica a incidência da pobreza por meio da contagem de privações simultâneas em um conjunto pré-determinado de dimensões e indicadores, os quais operacionalizam os funcionamentos da teoria seniana. A metodologia do indicador é flexível, pois as dimensões e indicadores que representam as privações podem ser definidos de acordo com os contextos de análise e disponibilidade de dados. No Brasil, diversos estudos foram produzidos a partir da aplicação do método (MDS, 2014; VAZ e JANUZZI, 2014; FAHEL; LEITE; TELES, 2014; FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; SERRA, 2017; SILVA et al, 2017; VIEIRA; KHUN; MARIN, 2017; MORAES; MARIN; VIEIRA, 2018).

De forma mais detalhada, o método Alkire e Foster (2009) consiste em calcular, para cada caso ou observação (indivíduo, família, domicílio), uma pontuação de privação dada pela soma ponderada dos indicadores selecionados. Inicialmente, os dados são organizados em uma matriz com as linhas representando as observações (ou casos) e as colunas representando os indicadores (ou variáveis).

Em seguida, a cada célula indicadora de privação, $p_{i,j}$, é atribuído o valor zero, $p_{i,j}=0$, em caso de ausência de privação da observação O_i no indicador V_j e o valor 1, $p_{i,j} = 1$, para presença de privação. A cada observação O_i será atribuída uma Soma de Privações Ponderadas (SPP_i) dada pela expressão $\mathbf{SPP_i = p_{i,1} \cdot W_1 + p_{i,2} \cdot W_2 + \ldots + p_{i,m} \cdot W_m}$ em que W_j é o peso de cada indicador *j*,

definido previamente, de tal forma que $W_j > 0$ para todo $1 \leq j \leq m$. O valor de SPP_i pode variar no intervalo de zero a um, ou seja, $0 \leq SPP_i \leq 1$. Note, ainda, que quanto mais privações forem identificadas na observação O_i mais próxima de um estará a sua Soma de Privações Ponderadas, SPP_i.

Para identificar se alguma observação é pobre multidimensional, define-se um ponto de corte da pobreza, indicado por **K**. Assim, quando **SPPi ≥ K**, a observação O_i é considerada pobre multidimensional. Neste estudo, é considerada pobre multidimensional aquela observação com privações em pelo menos um terço dos indicadores, ou seja, **K = 0,3333** (ou 33,33%). Esta escolha acompanha o ponto de corte sugerido pela OPHI (ALKIRE e SANTOS, 2010) e também utilizado por alguns estudos brasileiros (MDS, 2014; FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

O IPM é representado por três medidas:

1. A *Incidência de pobreza* (**IC**) ou *Headcount* (**H**): é a proporção de pobres multidimensionais na população, dada pelo quociente entre o Número de Pobres **NP**, identificados a partir do corte da pobreza estabelecido, e o número total de habitantes **N**, isto é,

   $$IC = \frac{NP}{N}.$$

2. A *Intensidade da pobreza* (**IT**) ou *Amplitude* (**A**): é a pontuação média de privação entre os pobres multidimensionais, isto é, em quantos indicadores ponderados os pobres são privados em média. É dada pela soma das proporções de privação de cada domicílio pobre, dividido pelo Número de Domicílios Pobres (NDP):

   $$IT = \frac{\sum_{i=1}^{n} SPP_i}{NDP}, \text{ onde}$$

   SPP_i é a Soma das Privações Ponderadas na observação O_i
   NDP é o Número de Domicílios Pobres

3. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) ou Incidência Ajustada: é a proporção de privações do conjunto da população pobre em relação ao total de privações que toda a população poderia sofrer. É dado pelo produto entre Incidência e Intensidade: **IPM = IC · IT**. O valor da incidência ajustada, ou IPM, é maior e tanto mais próximo da incidência absoluta, quanto maior é a intensidade média, isto é, quanto maior é o número de

indicadores em que as observações são privadas. Intuitivamente, quando IPM = IC todos os pobres multidimensionais são privados em todos os indicadores. Ressalta-se que esta não é uma medida de razão matemática, possuindo uma característica ordinal (hierárquica). Nesse sentido, não é possível identificar o quanto um caso é mais ou menos pobre na comparação com outro, mas é possível ranquear do menor para o maior valor.

Note-se que as três medidas são proporções, mas a opção neste trabalho foi por apresentar os resultados em escala percentual, portanto, multiplicando-se os valores por 100. Esta opção é adotada por outros estudos e representa uma leitura mais acessível.

Neste estudo, a unidade de análise (observação) é o indivíduo, porém, as privações são identificadas no contexto do domicílio ao qual estão inseridos. Isso foi feito porque algumas informações estão disponíveis para faixas etárias específicas – as questões de educação não são coletadas para pessoas com menos de 6 anos de idade e as questões de trabalho para pessoas com menos de 10 anos de idade. Além disso, entende-se que o contexto domiciliar é fortemente determinante para o desenvolvimento de capacidades individuais, ainda que a pobreza possa ser vivenciada de forma distinta entre pessoas de um mesmo domicílio.

O IPM foi construído com 14 indicadores distribuídos pelas dimensões Educação, Saúde, Trabalho e Padrão de Vida, como apresentado no Quadro 1. As dimensões possuem pesos iguais, podendo representar, cada uma, até ¼ ou 25% das privações observadas em um domicílio. Dentro de cada dimensão, os indicadores também têm pesos iguais. Nas dimensões Educação e Trabalho, cada indicador tem peso igual a 8,33%, o que equivale a 25% dividido por três, que é o número de indicadores selecionados para cada uma dessas dimensões. Nas dimensões Saúde e Padrão de Vida cada indicador tem peso igual a 6,25%, pois são compostas, cada uma, por quatro indicadores. A distribuição igualitária dos pesos entre as dimensões e os indicadores dentro das dimensões permite que os próprios dados descrevam a contribuição de cada uma para a explicação da pobreza.

Além da pobreza, a pontuação da privação também foi utilizada para identificar estados de vulnerabilidade multidimensional, ou seja, quando o domicílio vivencia o risco de cair na pobreza (HAUGHTON e KHANDKER, 2009) dado o acúmulo de privações, em menor intensidade. A OPHI (2019) estabeleceu o intervalo de privação de 20% a 33,32% para vulnerabilidade. Neste estudo foi definido o corte de acima de 25%, tendo em vista que para um domicílio ser considerado vulnerável é necessário acumular privações que correspondam, pelo menos, a uma dimensão e mais um indicador.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e pesos do IPM.

Dimensão	Indicador	Quem é privado?	Peso
Educação	(E1) Frequência	Pessoa em domicílio com pelo menos um morador com idade entre 6 e 17 anos que não frequenta escola	8,33
	(E2) Distorção Idade-série	Pessoa em domicílio com pelo menos um morador com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando	8,33
	(E3) Escolaridade	Pessoa em domicílio com pelo menos um morador com 18 anos ou mais que não tenha completado o ensino fundamental	8,33
Saúde	(S1) Mortalidade Infantil	Pessoa em domicílio em que ao menos uma criança de até 5 anos de idade tenha falecido no ano de referência	6,25
	(S2) Água Potável	Pessoa em domicílio onde não há abastecimento de água via rede geral de distribuição	6,25
	(S3) Saneamento Básico	Pessoa em domicílio em que o esgoto do banheiro ou sanitário não é lançado em rede geral	6,25
	(S4) Tratamento do Lixo	Pessoa em domicílio cujo lixo não é coletado por serviço de limpeza	6,25
Trabalho	(T1) Trabalho Infantil	Pessoa em domicílio em que pelo menos uma criança de 10 a 15 anos estava trabalhando na semana de referência*	8,33
	(T2) Desocupação	Pessoa em domicílio com pelo menos um morador de 18 anos ou mais que estava desocupado no mês de referência	8,33
	(T3) Trabalho Informal	Pessoa em domicílio com pelo menos um morador de 18 anos ou mais ocupado em posição informal**	8,33
Padrão de vida	(P1) Material do domicílio	Pessoa em domicílio onde não foi utilizado material de alvenaria (c/ ou s/ revestimento) para a construção das paredes externas	6,25
	(P2) Densidade Morador/Dormitório	Pessoa em domicílio com mais de 2 moradores por dormitório	6,25
	(P3) Consumo	Pessoa em domicílio sem máquina de lavar roupa***	6,25
	(P4) Renda Domiciliar	Pessoa em domicílio com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de pobreza – U$$5,50 por dia ou R$93,27 por mês****	6,25

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.
*O corte etário reflete a idade ativa mínima definida pelo Censo Demográfico de 2010, de 10 anos, e a idade inicial em que um jovem deveria iniciar o ensino médio, de 15 anos. Ademais, no Brasil é proibido o trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
**Pessoa ocupada como empregador, conta própria ou empregado sem carteira, no trabalho principal da semana de referência, e que não contribuía para a previdência.
***Optou-se por não utilizar uma lista maior de itens de consumo visando a compatibilização futura com o Censo Demográfico de 2022.
****Foi considerada a linha de corte do Banco Mundial de US$ 5,50 por dia, valor estabelecido em 2017 para países considerados de renda média-alta. Em julho de 2010, mês de referência do Censo Demográfico para as questões de rendimentos, esse valor correspondia a R$3,11 por dia e R$93,27 por mês. O valor foi convertido do Dólar Americano para o Real a partir da cotação oficial do Banco Central do Brasil para o mês de referência. A linha já foi revisada pelo Banco Mundial, em 2022, para US$ 6,85, porém, optou-se por manter o valor mais próximo ao ano do Censo Demográfico de 2010.

A variáveis sexo e raça foram utilizadas preservando-se a forma como foram coletadas. Não foram identificados casos de não resposta na primeira variável. Os casos ignorados na variável raça foram mantidos na base de dados, mas omitidos das tabelas. Além da análise separada de cada variável, procedeu-se ainda a uma categorização cruzada entre elas. Nesse caso foi realizado um tratamento, sendo agregadas as categorias “preta” e “parda” em uma única categoria denominada “negra”. As categorias amarela e indígena não foram consideradas nesse recorte analítico. As seguintes categorias foram derivadas do cruzamento: “homem branco”, “mulher branca”, “homem negro” e “mulher negra”.

Os dados foram processados no software SPSS 29.0, o qual também foi utilizado para a análise estatística descritiva. A análise espacial foi realizada por meio do software QGIS 3.24.

3. Resultados

3.1. Resultados gerais

O primeiro elemento de análise da pobreza multidimensional é a incidência (IC), dada pela razão entre as pessoas identificadas como pobres multidimensionais e o total da população. Em 2010, 23,5% da população brasileira vivia em situação de pobreza multidimensional (Tabela 1).

Entre homens e mulheres, a incidência de pobreza multidimensional era semelhante, ainda que levemente superior para eles, 24,7% em contrapartida aos 22,4% para elas.

Do ponto de vista da raça/cor da pele, 66% dos indígenas se encontravam em pobreza multidimensional, sendo seguidos dos pardos, com 32%, e dos pretos, com 26,8%. A incidência entre amarelos e brancos era de 20,6% e 15%, respectivamente.

O mesmo padrão foi observado para a intensidade da pobreza (IT), que é a pontuação média no conjunto dos indicadores ponderados. Para o total da população, a intensidade foi de 41,6%, ou seja, na média a população era privada em 41,6% dos indicadores. Entre homens e mulheres não havia diferença substantiva, pois os dois grupos ficaram em torno dos 43%. Segundo a raça/cor da pele, os indígenas vivenciavam a pobreza com maior intensidade na comparação com as demais raças, 49,8%. Em seguida, pardos, pretos e amarelos apresentavam uma intensidade em torno de 43%. Os brancos perfaziam 41,7%.

O produto das duas medidas (IC x IT) resulta no valor IPM, que é a incidência da pobreza ajustada pela intensidade (Tabela 1 e Gráfico 1). O resultado para o total do Brasil é de 9,81. Como a incidência e a intensidade variam pouco por sexo, o valor do IPM também é semelhante para homens e mulheres com um pouco de vantagem para estas, respectivamente, 10,70 e 9,64. O valor do IPM entre indígenas é de 32,89, seguidos dos pardos (14,01), pretos (11,56), amarelos (8,86) e brancos (6,24).

O cruzamento entre sexo e raça/cor da pele evidencia a maior relevância da raça como explicativa da pobreza. Os pares masculino e feminino no interior de cada categoria de raça não apresentaram diferenças significativas. Diferentemente do que se verifica na pobreza monetária, em que a incidência é maior entre as mulheres negras e menor entre os homens brancos, a pobreza multidimensional é maior entre os homens negros e menor entre as mulheres brancas. Isso provavelmente se deve à menor determinação da renda para a

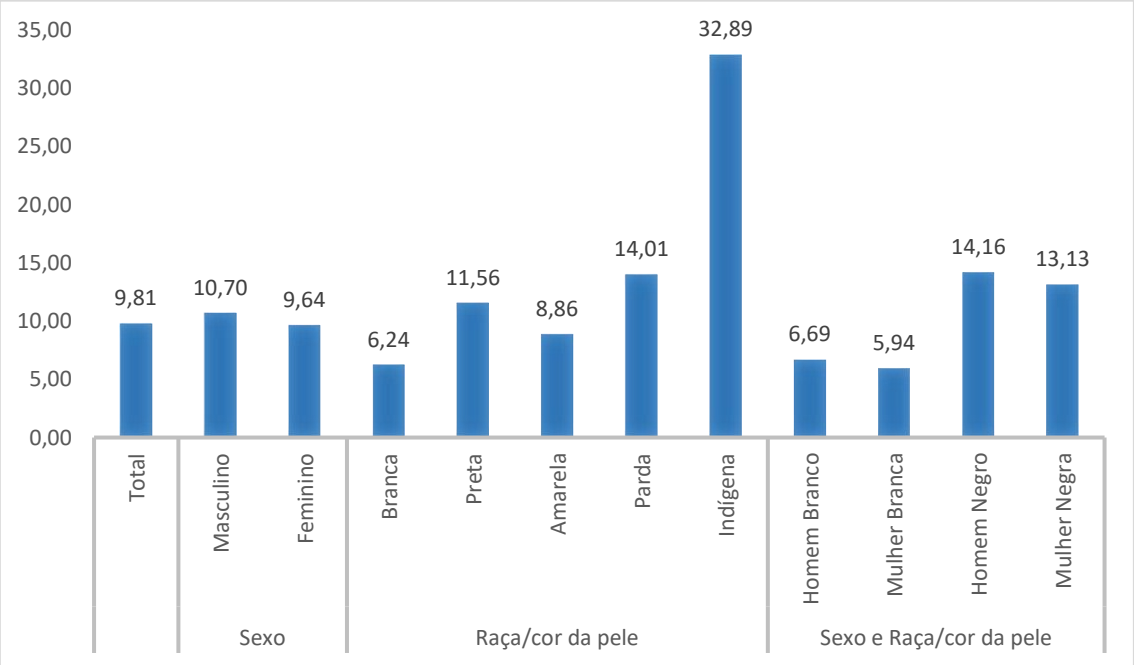
identificação da pobreza multidimensional, já que as mulheres são mais mal remuneradas que os homens, mesmo com uma escolaridade média maior.

Tabela 1 – Incidência de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e intensidade da pobreza por sexo e raça/cor da pele.

	População total		Pobres multidimensionais		Incidência (IC)	Intensidade (IT)	IPM (IC x IT)
	N	%	N	%			
Total	***190 755 799***	***100***	***44 918 288***	***100***	***23,5***	***41,6***	***9,81***
Sexo							
Masculino	93 406 990	49,0	23 093 210	51,4	24,7	43,3	10,70
Feminino	97 348 809	51,0	21 825 078	48,6	22,4	43,0	9,64
Raça/cor da pele							
Branca	90 621 281	47,5	13 556 547	30,2	15,0	41,7	6,24
Preta	14 351 162	7,5	3 844 309	8,6	26,8	43,2	11,56
Amarela	2 105 353	1,1	434 496	1,0	20,6	43,0	8,86
Parda	82 820 452	43,4	26 539 119	59,1	32,0	43,7	14,01
Indígena	821 501	0,4	542 511	1,2	66,0	49,8	32,89
Sexo e Raça/cor da pele							
Homem Branco	43 426 847	22,8	6 898 650	15,4	16,0	41,8	6,69
Mulher Branca	47 194 434	24,7	6 657 897	14,8	14,2	41,7	5,94
Homem Negro	48 588 683	25,5	15 709 514	35,0	32,3	43,8	14,16
Mulher Negra	48 582 931	25,5	14 673 914	32,7	30,2	43,5	13,13

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Gráfico 1 – Índice de Pobreza Multidimensional por sexo e raça/cor da pele. Brasil, 2010.



Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

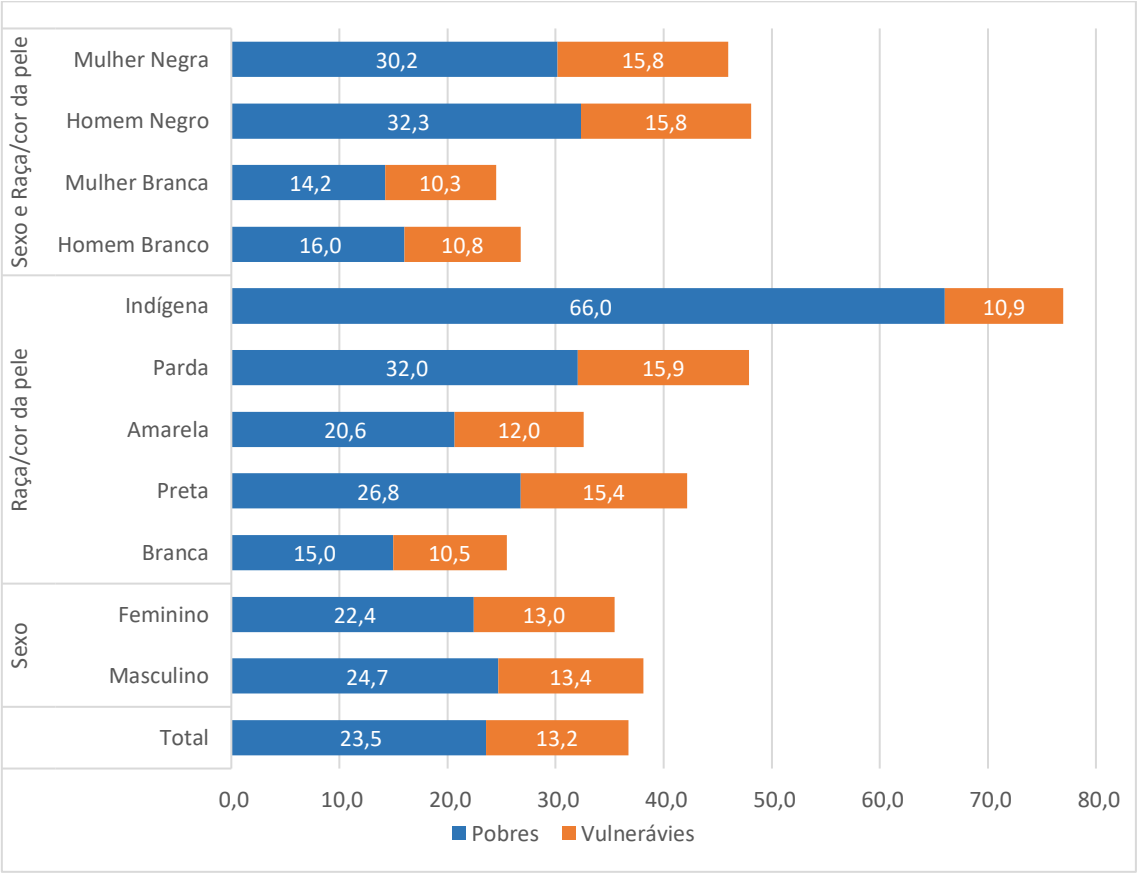
Quando se avalia a condição de vulnerabilidade multidimensional, as incidências entre os subgrupos analisados são próximas, variando entre 10% e 16% (Tabela 2 e Gráfico 2). O somatório das incidências de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais, porém, apresenta um padrão semelhante ao observado na análise isolada da pobreza. No total da população, a proporção era de 36,8%, sendo de 38,1% entre os homens e 35,5% entre as mulheres. Os indígenas somavam 77% de pobres e vulneráveis, seguidos dos pardos (47,9%), pretos (42,2%), amarelos (32,6%) e brancos (25,5%). No cruzamento entre sexo e raça/cor da pele, a menor proporção foi encontrada no subgrupo de mulheres brancas, com 24,4%. Já o maior era entre os homens negros, 48,1%.

Tabela 2 – Incidência de pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e intensidade da pobreza por sexo e raça/cor da pele.

		Pobres	Vulneráveis	*Pobres + Vulneráveis*	Não pobres e vulnerá-veis	Total
	Total	23,5	13,2	*36,8*	63,2	100
Sexo	Masculino	24,7	13,4	*38,1*	61,9	100
	Feminino	22,4	13,0	*35,5*	64,5	100
Raça/cor da pele	Branca	15,0	10,5	*25,5*	74,5	100
	Preta	26,8	15,4	*42,2*	57,8	100
	Amarela	20,6	12,0	*32,6*	67,4	100
	Parda	32,0	15,9	*47,9*	52,1	100
	Indígena	66,0	10,9	*77,0*	23,0	100
Sexo e Raça/cor da pele	Homem Branco	16,0	10,8	*26,7*	73,3	100
	Mulher Branca	14,2	10,3	*24,4*	75,6	100
	Homem Negro	32,3	15,8	*48,1*	51,9	100
	Mulher Negra	30,2	15,8	*46,0*	54,0	100

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Gráfico 2 – % de pobres e vulneráveis multidimensionais por sexo e raça/cor da pele. Brasil, 2010.



Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

3.2. Análise da contribuição dos indicadores

A Tabela 3 apresenta, para o Brasil, a proporção de privação da população em cada indicador que compõe o IPM-NIS, segundo sexo e raça/cor da pele. Observa-se que, na dimensão Educação, 51,4% da população brasileira era privada em Escolaridade (E3), isto é, viviam em domicílios com pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais que não tinha completado o ensino fundamental. Entre os homens, a proporção era de 52%. Entre as mulheres, de 50,9%. Entre os que se declararam indígenas, a privação era de 61,3%, seguidos dos pardos e pretos, com proporções próximas a 57%, e dos amarelos e brancos, em torno dos 45%. Ainda nessa dimensão, os indicadores de Frequência Escolar (E1) e Distorção Idade-série (E2) apresentaram as mesmas diferenças por sexo e raça/cor da pele, ainda que com incidências menores.

Na dimensão Saúde, verificou-se que a proporção de privação em Mortalidade Infantil (S1) era residual em todos os subgrupos, mas ainda assim era maior entre indígenas, pardos e pretos. O indicador de Saneamento (S3) é o que apresentava a maior proporção de privação na dimensão, especificamente de 44,7% no total, chegando a 56,5% entre indígenas e 51,3% entre pardos. Os indicadores de Água Potável (S2) e de Tratamento do Lixo (S4) apresentaram proporções menores, mas eram os que mais claramente diferenciavam os indígenas do restante da população.

Quanto à dimensão Trabalho, o indicador com maior proporção de privação era o Trabalho Informal (T3), no qual 40% da população era privada, sendo que as maiores proporções ocorriam na população negra – 43,9% entre os pardos e 41,6% entre os pretos. Ressalta-se, porém, que mesmo brancos e amarelos apresentaram privação expressiva nesse indicador. O Trabalho Infantil (T1), apesar de mostrar baixas frequências, era relevante como explicativo da pobreza entre indígenas, na medida em que 11,3% deles eram privados, contra 3,7% do total. O indicador de Desocupação (T2) apresentou a maior proporção entre os pretos, sendo também o único indicador em que a privação feminina era maior do que a masculina. Assim como ocorreu no indicador de trabalho informal, os indígenas tinham a menor proporção de privação em desocupação, refletindo uma dinâmica própria do trabalho dos povos originários, em geral circunscrito ao trabalho não remunerado em produção de alimentos para o próprio consumo.

Dentre os indicadores da dimensão Padrão de Vida, as maiores proporções foram identificadas em Consumo (P3), com 52,8% de privação no total da população, chegando a 83,4% entre os indígenas, mais de 60% entre pardos e pretos e quase 40% entre brancos e amarelos. Em seguida aparecem, nesta ordem, os indicadores Densidade Morador/Dormitório (P2), Renda Domiciliar (P4) e Material do Domicílio (P1), que descrevem os mesmos diferenciais segundo a

raça/cor da pele. Entretanto, na comparação entre os sexos, as mulheres mostraram incidências um pouco maiores em P2 e P3.

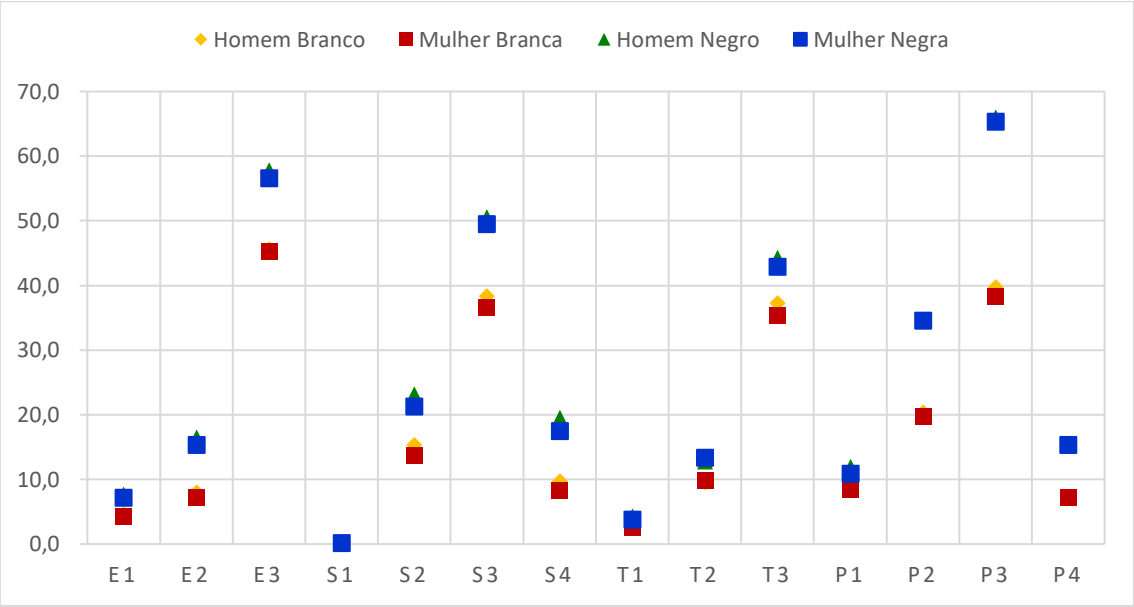
No cruzamento das variáveis sexo e raça/cor da pele, como mostra a Tabela 3 e sua representação no Gráfico 3, os subgrupos aparecem polarizados segundo a raça, com os negros em pior situação do que os brancos. No interior de cada raça, porém, as mulheres se encontravam em ligeira vantagem na maioria dos indicadores, com exceção dos indicadores de desemprego, densidade morador/dormitório e consumo.

Tabela 3 – População total segundo proporção de privação nos indicadores que compõe o IPM por sexo e raça/cor da pele*. Brasil, 2010.

	Total	*Masculino*	*Feminino*	*Branca*	*Preta*	*Amarela*	*Parda*	*Indígena*	*Homem Branco*	*Mulher Branca*	*Homem Negro*	*Mulher Negra*
E1	*5,98*	6,23	5,74	4,40	7,03	5,26	7,39	20,71	4,57	4,24	7,59	7,08
E2	*11,91*	12,48	11,36	7,53	15,87	10,35	15,88	29,81	7,92	7,18	16,45	15,30
E3	*51,44*	52,01	50,90	45,34	56,24	45,67	57,35	61,30	45,58	45,12	57,81	56,57
S1	*0,09*	0,09	0,09	0,06	0,11	0,08	0,11	0,43	0,06	0,06	0,11	0,12
S2	*18,57*	19,58	17,60	14,46	18,08	17,08	22,87	50,75	15,33	13,66	23,13	21,20
S3	*43,89*	44,74	43,09	37,35	42,34	40,14	51,31	56,46	38,30	36,47	50,50	49,48
S4	*14,08*	15,08	13,11	8,98	14,62	12,94	19,15	59,47	9,71	8,30	19,52	17,44
T1	*3,44*	3,66	3,22	2,78	3,62	3,22	4,06	11,33	2,97	2,61	4,23	3,76
T2	*11,38*	11,20	11,55	9,67	14,33	11,07	12,78	7,82	9,56	9,78	12,71	13,31
T3	*39,97*	40,88	39,09	36,23	41,63	39,25	43,85	35,62	37,24	35,29	44,21	42,83
P1	*10,22*	10,69	9,76	8,67	9,27	7,86	11,74	50,33	9,01	8,35	11,89	10,86
P2	*27,67*	27,99	27,36	20,03	33,50	23,12	34,79	61,50	20,32	19,76	34,65	34,55
P3	*52,83*	53,63	52,06	38,93	63,21	47,89	66,07	83,43	39,69	38,24	65,97	65,32
P4	*11,47*	11,54	11,41	7,15	13,07	11,06	15,62	42,63	7,16	7,15	15,19	15,31

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010.
*Na análise cruzada das variáveis sexo e raça/cor da pele, as categorias "preto/a" e "pardo/a" foram agregadas como "negro/a". Amarelos, indígenas e sem declaração foram omitidos.

Gráfico 3 – População total segundo proporção de privação nos indicadores que compõe o IPM por sexo e raça/cor da pele*. Brasil, 2010.



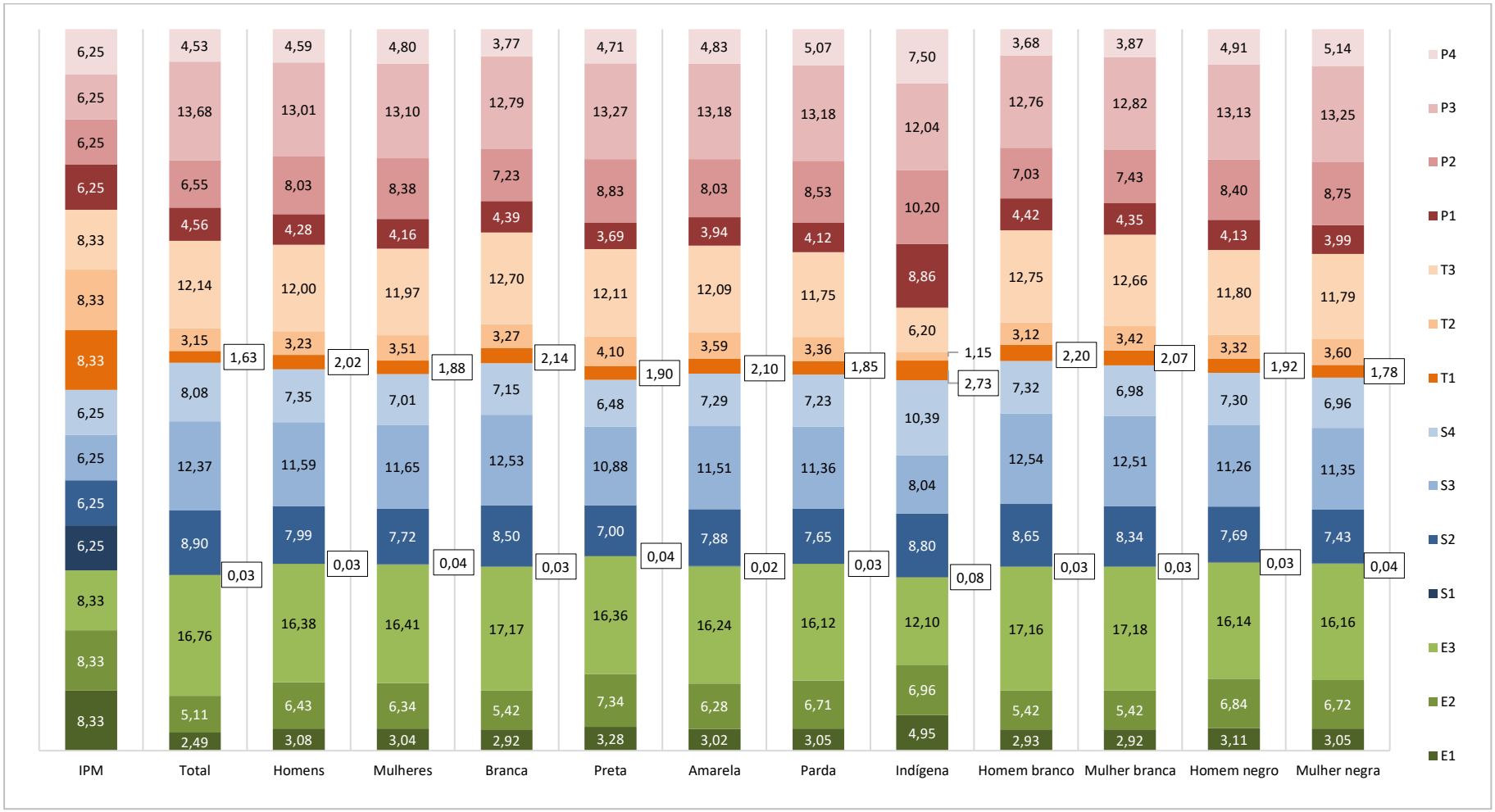
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.
*Pretos e pardos foram agregados na denominação "negro/a". Amarelos, indígenas e sem declaração foram omitidos.

O Gráfico 4 permite avaliar as contribuições efetivas de cada indicador para a explicação da pobreza multidimensional. Se na análise anterior foi avaliada a proporção de privação de toda a população em cada indicador, aqui se realiza o filtro da população em situação de pobreza multidimensional, ponderando-se as frequências relativas de acordo com os pesos atribuídos a cada um na estrutura do IPM-NIS. A ideia é decompor o índice em torno das dimensões e indicadores, identificando os pesos segundo sexo e raça/cor da pele.

De maneira geral, as contribuições tendem a repetir os padrões observados anteriormente. Considerando a totalidade da população pobre no Brasil em 2010, as dimensões Saúde e Padrão de Vida foram aquelas com maior peso, com contribuições de 29,4% e 29,3%, respectivamente (Gráfico 4). Em seguida aparece a dimensão Escolaridade, com 24,4% e, por fim, a dimensão Trabalho, com 29,3%.

As dimensões Escolaridade e Saúde tinham proporções maiores para os homens, enquanto as dimensões Padrão de Vida e Trabalho eram maiores para as mulheres – devido aos indicadores de densidade morador/dormitório, consumo e desocupação. Na comparação por raça/cor da pele, o padrão repete o que se observou no total da população, com algumas diferenças. Entre os pretos, a dimensão Escolaridade tem um peso maior do que a Saúde. Entre os indígenas, o Padrão de Vida apresenta um peso ainda mais significativo, com redução da dimensão Trabalho como explicativa da pobreza.

Gráfico 4 – Contribuição relativa dos indicadores que compõe o IPM por sexo e raça/cor da pele. Brasil, 2010.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.
*Pretos e pardos foram agregados na denominação "negro/a". Amarelos, indígenas e sem declaração foram omitidos.

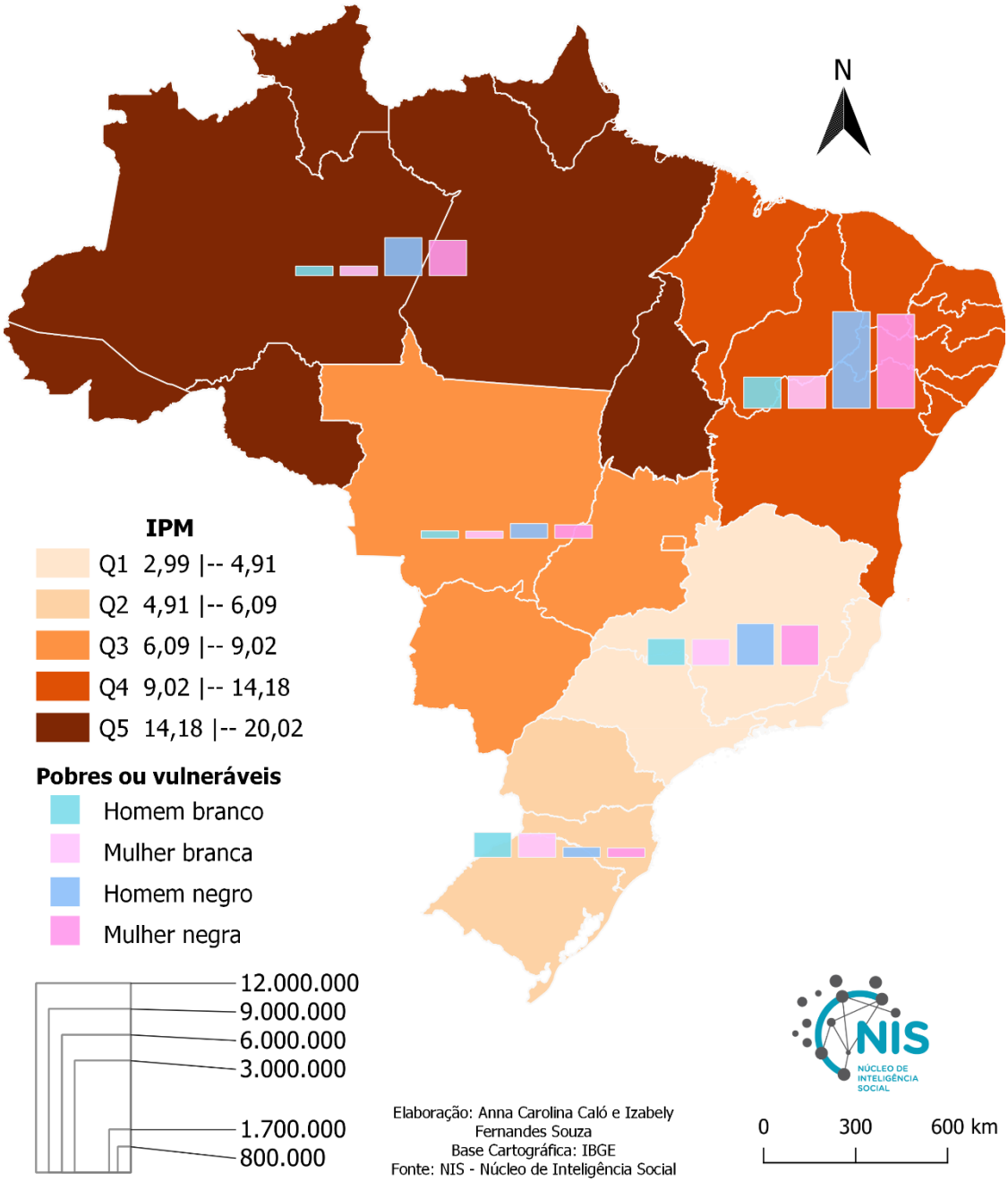
3.3. Análise espacial

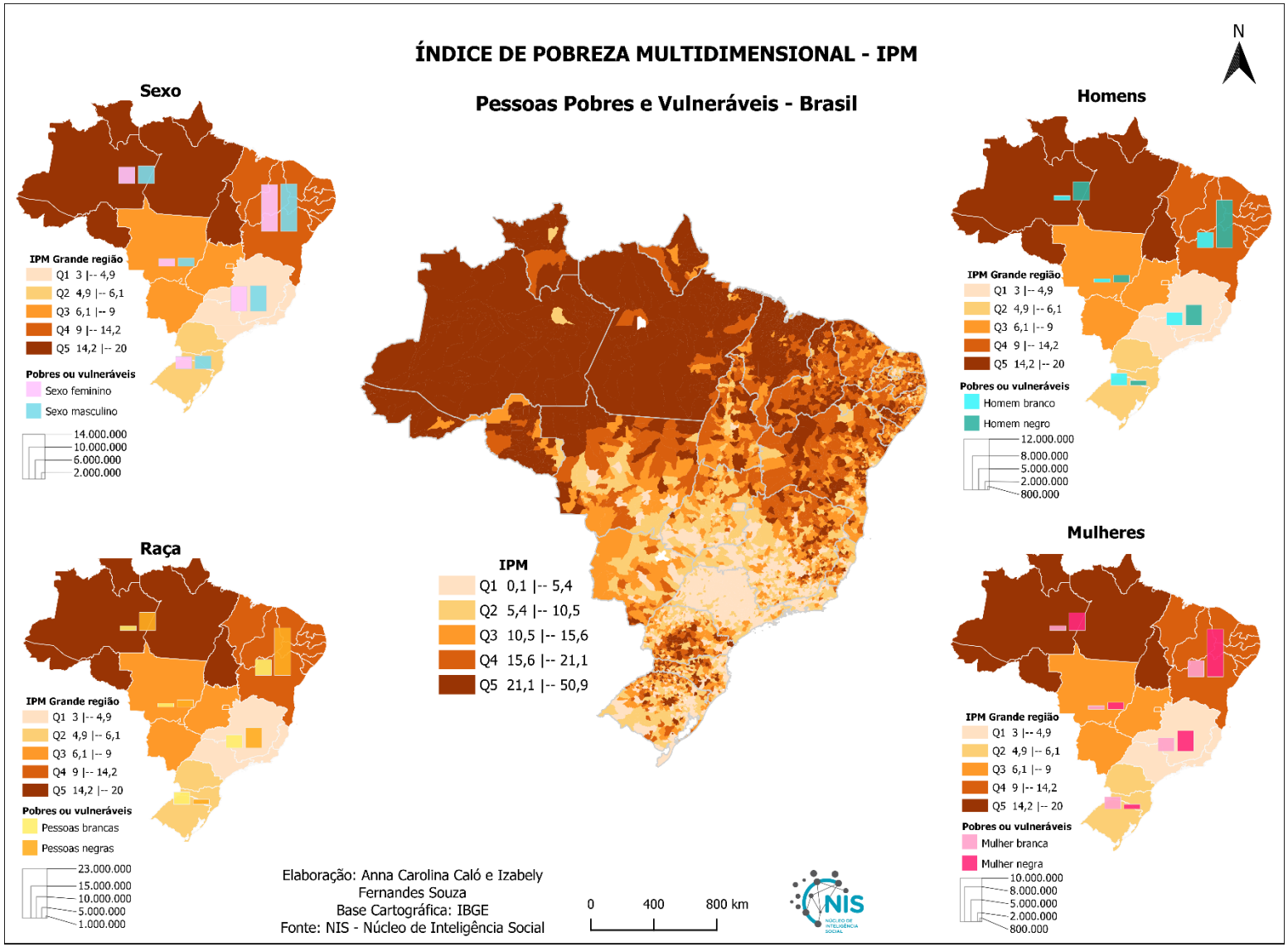
Os mapas a seguir permitem realizar uma análise geral da distribuição espacial do IPM-NIS por Unidade da Federação e dos respectivos números de pobres e vulneráveis por Grandes Regiões. É possível observar que o País está hierarquizado de acordo com a divisão territorial de Grandes Regiões, pois todos os estados no interior de cada região se encontravam no mesmo quintil da distribuição do IPM. Os maiores valores do IPM eram nos estados da região Norte (de 14,18 a 20,02), seguidos dos estados da região Nordeste (de 9,02 a 14,17), Centro-oeste (de 6,09 a 9,01), Sul (de 4,91 a 6,08) e Sudeste (de 2,99 a 4,91). Observa-se ainda, que a distribuição do IPM por estado refletia o padrão da distribuição municipal.

O número de pobres e vulneráveis era maior na região Nordeste, sendo também expressivo nas regiões Sudeste e Norte – ressalvando-se que, em termos relativos, a pobreza era maior no Norte e menor no Sudeste. Com exceção da região Sul, os homens e as mulheres negros/as aparecem em maior número, em comparação aos homens e mulheres brancos/as. Na região Sul se verifica o contrário, o que provavelmente se deve a baixa participação de negros na população total.

ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL - IPM

Pessoas Pobres e Vulneráveis - Brasil




ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL - IPM
Pessoas Pobres e Vulneráveis - Brasil
N
Sexo
IPM Grande região
Q1 3 |-- 4,9
Q2 4,9 |-- 6,1
Q3 6,1 |-- 9
Q4 9 |-- 14,2
Q5 14,2 |-- 20
Pobres ou vulneráveis
Sexo feminino
Sexo masculino
14.000.000
10.000.000
6.000.000
2.000.000
Homens
IPM Grande região
Q1 3 |-- 4,9
Q2 4,9 |-- 6,1
Q3 6,1 |-- 9
Q4 9 |-- 14,2
Q5 14,2 |-- 20
Pobres ou vulneráveis
Homem branco
Homem negro
12.000.000
8.000.000
5.000.000
2.000.000
800.000
IPM
Q1 0,1 |-- 5,4
Q2 5,4 |-- 10,5
Q3 10,5 |-- 15,6
Q4 15,6 |-- 21,1
Q5 21,1 |-- 50,9
Raça
IPM Grande região
Q1 3 |-- 4,9
Q2 4,9 |-- 6,1
Q3 6,1 |-- 9
Q4 9 |-- 14,2
Q5 14,2 |-- 20
Pobres ou vulneráveis
Pessoas brancas
Pessoas negras
23.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
1.000.000
Mulheres
IPM Grande região
Q1 3 |-- 4,9
Q2 4,9 |-- 6,1
Q3 6,1 |-- 9
Q4 9 |-- 14,2
Q5 14,2 |-- 20
Pobres ou vulneráveis
Mulher branca
Mulher negra
10.000.000
8.000.000
5.000.000
2.000.000
800.000
Elaboração: Anna Carolina Caló e Izabely
Fernandes Souza
Base Cartográfica: IBGE
Fonte: NIS - Núcleo de Inteligência Social
0
400
800 km
NIS

4. Considerações Finais

O presente relatório teve por objetivo analisar a desagregação do IPM-NIS segundo os atributos de sexo e raça/cor da pele da população brasileira. Os resultados evidenciam que a pobreza multidimensional apresenta incidência e intensidade próximas entre homens e mulheres, com uma pequena vantagem para elas. Esse é um resultado que se contrapõe à incidência de pobreza monetária que, embora também seja próxima entre os sexos, é maior para as mulheres. Isso provavelmente se deve aos menores níveis de renda da população feminina, elemento que é definidor da pobreza monetária, mas que para a pobreza multidimensional representa apenas um dos elementos avaliados. Como foi possível demostrar através do IPM-NIS, as mulheres se encontram em melhor posição nos funcionamentos educacionais e de saúde. Por outro lado, verificou-se uma pequena desvantagem para elas nos indicadores de desemprego, densidade morador/dormitório e consumo.

No que se refere à questão racial, ficou evidente a grave situação de pobreza entre os povos originários, que apresentaram incidência e intensidade superiores em todos os cenários analisados, com exceção dos indicadores de desocupação e trabalho informal. Isso provavelmente se deve aos estilos de vida direcionados ao trabalho não remunerado de produção de alimentos para o próprio consumo. Em seguida se destaca a população negra com elevada pobreza multidimensional, sendo maior para os pardos do que para os pretos. Polarizando com esses subgrupos aparecem os brancos e amarelos, sendo que estes últimos vivenciam a pobreza com um pouco mais de incidência e intensidade.

O cruzamento das variáveis de sexo e raça/cor da pele evidenciou que a questão racial tem um peso maior para a explicação da pobreza multidimensional, na medida em que homens e mulheres negros/as polarizam com homens e mulheres brancos/as.

Do ponto de vista espacial, verificou-se uma clara hierarquização do País segundo a divisão territorial em Grandes Regiões. Nesse sentido, os maiores IPM foram vistos em todos os estados da região Norte, seguidos dos estados do Nordeste. Na sequência aparecem Centro-oeste, Sul e Sudeste. Em termos absolutos, porém, a região Nordeste chega na frente, seguida da região Sudeste. Os padrões de distribuição da pobreza por sexo e raça/da pela se repetem nas regiões, com exceção da região Sul, em que o número de pobres e vulneráveis brancos é maior do que o de negros, o que se explica pela maior proporção daqueles na população geral.

Assim como observado em análises anteriores do IPM-NIS (NIS, 2019, 2020), os resultados evidenciam que o combate à pobreza no país passa pelo enfrentamento dos problemas de infraestrutura básica, sobretudo relacionados ao acesso à água potável, saneamento básico e

tratamento adequado do lixo domiciliar. Outra área de ação deve ser direcionada ao combate do trabalho informal e à melhoria dos níveis de escolaridade da população adulta, elementos centrais de acesso à renda, seguridade social e ascensão social. A presente análise permitiu introduzir um diagnóstico mais detalhado dos subgrupos populacionais mais afetados pelo fenômeno da pobreza como um todo, sendo uma importante ferramenta de identificação das diferentes formas de vivência da pobreza – por exemplo, a questão do desemprego para as mulheres, da escolaridade para os pretos e do padrão de vida para os indígenas.

Referências

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI Working Paper nº 32**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2009. Disponível em: http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. **OPHI Working Paper nº 38**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2010. Disponível em: http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38_with_note.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

FAHEL, M.; LEITE, G. P.; TELES, L. R. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.8, p. 50-69, 2014.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.31, n.92, e319205, 2016.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. **Handbook on Poverty and Inequality**. New York: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2020**: Questionário da amostra. Brasília, 2019. Disponível em: http://censo2020.ibge.gov.br/experimental/questionarios.html. Acesso em: 01 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Microdados do Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da Amostra. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=downloads. Acesso em: 01 set. 2019.

LIMA, T. M. G. **Duração da pobreza feminina no Brasil e seus determinantes entre 2012 e 2019.** (Dissertação de Mestrado) Osasco: Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade de São Paulo, 2021

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. **Estudo Técnico Nº 09/2014**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil.** Brasília: Comissão Econômica para Améria Latina e Caribe (CEPAL); Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), 2005. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf. Acesso em 03 mai. 2023.

MORAES, M. M.; MARIN, S. R.; VIEIRA, C. A. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, n.8, p. 1-17, 2018.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL [NIS] (2019), **Índice de Pobreza Multidimensional** – Maranhão, Paraíba e Piauí. Belo Horizonte (Relatório de Pesquisa). Disponível em: http://nis.org.br/relatorios/. Acesso em: 09 jun. 2022.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL [NIS] (2020), **Índice de Pobreza Multidimensional** - Brasil. Belo Horizonte (Relatório de Pesquisa). Disponível em: http://nis.org.br/relatorios/. Acesso em: 09 jun. 2022.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). Global MPI Country Briefing 2019: Brazil (Latin America and the Caribbean). In: **MPI Country Briefings 2019**. Oxford, 2019. Disponível em: http://www.dataforall.org/dashboard/ophi/index.php/mpi/country_briefings. Acesso em: 12 ago. de 2019.

OSORIO, R. G. A Desigualdade Racial da Pobreza no Brasil. **Texto para Discussão nº 2487**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9336/1/TD_2487.pdf. Acesso em 03 mai. 2023.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

SILVA, A. F. et al. A pobreza no Rio Grande do Sul: evidências a partir de uma análise multidimensional do período 2007-14. **Ensaios FEE**, v. 38, n.3, p. 597-624, 2017.

UNITED NATIONS. **The Sustainable Development Goals Report 2020**. New York: United Nations Publications, 2020. Disponível em: http://unstats.un.org/sdgs/report/2020/. Acesso em 28 ago. 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP); OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). **Global Multidimensional Poverty Index 2021:** Unmasking disparities by ethnicity, caste and gender. Oxford, 2021. Disponível em: https://ophi.org.uk/global-mpi-report-2021/. Acesso em 03 mai. 2023.

VAZ, A. C.; JANNUZZI, P. M. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n.8, p. 32-49, 2014.

VIEIRA, C. A.; KUHN, D. D; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, p.263-295, 2017.